

CAPÍTULO 12

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO ARQUEOLÓGICO: ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM TRÊS ESTUDOS DE CASO: BRASIL, INGLATERRA E CHINA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura12>

Fabiana Manzatto

SUMÁRIO

ARQUEOLOGIA E TURISMO

Inicialmente, os vestígios arqueológicos eram vistos como meros objetos de apreciação estética ou tecnológica. Constituíram grandes coleções de antiquários ou fizeram parte de gabinetes de curiosidades. Muitos desses vestígios foram adquiridos através de coletas sistemáticas, com origens por vezes desconhecidas, quando não ilícitas, mas já demonstravam uma “[...] forte relação entre as questões inerentes ao poder e à memória, além de, retratar a realidade e a história de uma parte do mundo onde foram formados, e também a daquele homem ou sociedade que os coletou e transformou em coleção”, como afirma Vasconcellos (2006, p. 15).

Segundo Trigger (2004, p. 371), o “[...] dado arqueológico era tratado com um fim em si [...]” e “[...] não havia absolutamente nenhuma consciência de que os vestígios materiais do passado poderiam ser usados para a verificação de inúmeras especulações filosóficas conflitantes [...] a respeito das origens e das linhas gerais da história humana [...]”, conseqüentemente, não havia o desenvolvimento de um estudo sistemático sobre eles (TRIGGER, 2004, p. 30).

A Arqueologia enquanto ciência surgiu na Europa durante o início do século XVIII e “[...] esteve preocupada com os vestígios materiais das sociedades que estavam nos fundamentos dos modernos estados nacionais, em particular, a Grécia Antiga e o mundo romano, seguidos pelas civilizações médio-orientais (Egito, Mesopotâmia)” (FUNARI, s.d., n.p.). De caráter positivista-descritivo, durante muitos anos, ocupou-se em criar tipologias e classificações dos vestígios remanescentes das elites porque “[...] as culturas primitivas não eram consideradas dignas de interesse científico” (FUNARI, s.d., n.p.).

Começou a adquirir novos contornos a partir de 1960, com o surgimento da Nova Arqueologia. Lewis Binford foi seu precursor e assinalou uma mudança importante no desenvolvimento da Arqueologia, já que “[...] o descontentamento não se referia tanto às técnicas de escavação ou das disciplinas

auxiliares da Arqueologia, mas como ao modo em que se tiravam conclusões a partir dela” (REFREW; BAHN, 1993, p. 36). Também estava evidente para Hodder (1994, p. 171) que “[...] atrás dos processos históricos e adaptativos se escondem estruturas e códigos de presença e ausência o que não encaixava facilmente com o empirismo e o positivismo que tinha dominado a Arqueologia desde suas origens”.

Com a fundação do *World Archaeological Congress* (WAC), em 1986, ficam evidenciadas as preocupações com as dimensões sociais dessa área (FUNARI, 2004, 2005) porque, segundo Robrahn-González (2006, p. 64), agora se entende que “[...] não é mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado ciência, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas”.

As diferentes formas de participação da Arqueologia para o consumo do passado, apoiadas na “[...] importância da interação com a comunidade para uma ciência menos exclusiva” (SHACKEL, 2005, p. 35), têm desencadeado um crescente envolvimento dos arqueólogos com o turismo. Isso significa que a interação da Arqueologia com o Turismo tem demonstrado ser crucial para um entendimento mais profundo não só do passado, mas dos presentes usos do passado (FUNARI; MANZATO; ALFONSO, 2013). Essa associação tem sido denominada Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo, que:

Consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou subaquática. (MANZATO, 2005, p. 45).

Países dos cinco continentes se valem da visitação turística em sítios arqueológicos para a preservação, a legitimação dos laços entre as comunidades e para a instrução pública (RAHTZ, 1989). Assim, a associação entre

Arqueologia e Turismo pode e deve ser utilizada como fonte de cidadania, cultura, saber e desenvolvimento socioeconômico, ainda mais considerando que o contato com a evidência arqueológica leva a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural (BASTOS, 2007).

SUSTENTABILIDADE NA ATIVIDADE TURÍSTICA

Inicialmente, o turismo se configurou como uma atividade meramente econômica, baseada na geração de rendas e empregos. Com isso, várias localidades turísticas pereceram, como as famosas grutas de Lascaux, na França, e de Altamira, na Espanha. Um movimento mundial, no final dos anos 80 e no início dos anos 90, sobre os cuidados com o meio ambiente também refletiu na atividade turística, de acordo com Mason, Mac Lean e Torre (2003), surgindo as primeiras definições de turismo sustentável, as quais estavam ligadas especificamente a aspectos ambientais, como capacidade de carga, poluição e degradação dos recursos naturais.

No final da década de 90, em âmbito nacional, Ruschmann (1997 *apud* CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, p. 15) define com excelência o turismo sustentável a partir dessa orientação ambiental, combinando com ela os aspectos culturais e o bem-estar da comunidade:

Um modelo de gerenciamento da atividade que enfatiza a conservação dos aspectos naturais e culturais do núcleo receptor, evitando-se a degradação dos atrativos e estimulando a economia local, de forma consensual e de acordo com as demandas das comunidades.

A partir de então, a atividade turística orientada unicamente pelos interesses econômicos e pouco preocupada com o meio ambiente e sua comunidade (autóctone) se demonstrou completamente inadequada. A ideia de

sustentabilidade começou a ser apresentada como alternativa obrigatória nas ações pensadas para um futuro melhor. A própria Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo sustentável como aquele que “[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Wray *et al.* (2010, p. 22) destaca que o destino turístico sustentável é alcançado quando os valores ambientais, sociocomunitários e econômicos são equilibrados e resolvidos por meio de colaboração e compromisso para atingir um nível e estilo de turismo que:

Protege e aprimora os recursos naturais e construídos sobre os quais a indústria do turismo se baseia; é consistente com os valores e aspirações da comunidade, agora e a longo prazo, e contribui para desenvolvimento comunitário e bem-estar; é adequadamente desenvolvido e comercializado, de forma que seja distinto, competitivo e sinérgico e com a flexibilidade para responder às mudanças do mercado agora e no futuro; aumenta a contribuição do turismo para a economia de destinos regionais e promove a longo prazo viabilidade da indústria; e aumenta o apelo ao destino, cumpre as promessas da marca, aumenta as visitas repetidas e aprimora a reputação do destino, resultando em maior rendimento do turismo. (WRAY *et al.*, 2010, p. 22).

Atualmente, o entendimento de um turismo sustentável não é estático nem restrito. Ele deve ser pensado de modo abrangente, em âmbito econômico, social, ambiental e cultural, a partir da inclusão de variados atores como partes interessadas, viabilizando a existência de uma rede de ações colaborativas onde qualquer pessoa pode afetar ou ser afetada por ela, entre eles, por exemplo: comunidades tradicionais, artesãos locais, associação de moradores, prefeituras, conselhos de turismo, ONG's ambientais, institutos de amigos do

meio ambiente sustentável, organizações sociais, associação de defesa do meio ambiente, empresas de transporte, entre outros.

CENÁRIO INSTITUCIONAL DOS ESTUDOS DE CASO

BRASIL

O Brasil é o maior país da América Latina. República Federativa Presidencialista, constituída por 26 Estados e pelo Distrito Federal. Sua estrutura organizacional está composta por 22 ministérios (GOVERNO DO BRASIL, s.d.). Desses ministérios, destacam-se o Ministério do Turismo e o Ministério da Cidadania. O primeiro foi criado em 2003, é composto pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Já o Ministério da Cidadania foi criado em janeiro de 2019 e resultou da união entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação (BRASIL, s.d.).

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) visa contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio de parcerias com estados e municípios. A ideia é incorporar elementos

de planejamento e gestão para qualificar as propostas locais, alinhando tais iniciativas às políticas nacionais de turismo (BRASIL, s.d.).

A EMBRATUR é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo para promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. A partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, as atribuições da EMBRATUR foram direcionadas exclusivamente para a promoção internacional.

Ao Ministério da Cidadania foram incorporadas instituições como a Fundação Cultural Palmares (FCP) – entidade pública, cujo objetivo é reforçar a cidadania, identidade, ação e memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira – e, também, a autarquia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (IPHAN, s.d.). Na esfera estadual (e, em alguns casos, na esfera municipal), também existem institutos, conselhos, departamentos e fundações envolvidos em questões referentes à arqueologia e ao turismo sustentável.

CHINA

A República Popular da China é politicamente socialista, mas com uma economia de mercado capitalista. Sua divisão administrativa consiste em quatro municipalidades: Pequim, Chongqing, Xangai e Tianjin; 23 províncias: Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Taiwan, Yunnan, Zhejiang; duas regiões administrativas especiais: Hong Kong e Macao.

O Conselho de Estado da República Popular da China é o órgão executivo mais alto da administração estatal. Ele é responsável pela execução dos princípios e das políticas do Partido Comunista da China pelos regulamentos e leis selecionados pela Assembleia Popular Nacional e por tratar dos assuntos de política interna, diplomacia, defesa nacional, finanças, cultura, economia, educação, gestão e administração social do país (GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, s.d.).

Sua estrutura organizacional, a partir de 19 de março de 2019, é composta por 26 ministérios, três comissões, o Banco Central e o Conselho de Estado (CE). Dentre os ministérios, destaca-se o Ministério da Cultura e Turismo, responsável por toda a administração nos campos de desenvolvimento artístico, da indústria cultural, da cultura pública e da proteção do patrimônio cultural da China. O novo Ministério foi criado a partir da integração do Ministério da Cultura com a Administração Nacional de Turismo da China (GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, s.d.).

Ao novo ministério cabe a gestão da Administração Estatal do Patrimônio Cultural (SACH), responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento de museus, bem como pela proteção de relíquias culturais de importância nacional. Em 2000, a UNESCO sugeriu a substituição da palavra “reliquia” para a denominação universal “patrimônio”, no entanto, “reliquia” continua a vigorar nos documentos oficiais chineses.

Cabe a ele também a gestão do Centro Internacional de Treinamento para o Patrimônio Cultural Imaterial na região Ásia-Pacífico (CRIHAP), criado em 2012, comprometido a realizar atividades de treinamento internacional no campo do Patrimônio Cultural Imaterial (ICH), criando uma plataforma regional e internacional de intercâmbio e cooperação engajada na implementação da Estratégia Global de Capacitação da UNESCO para fortalecer as capacidades nacionais de implementação da Convenção e fazer contribuições para a ICH, salvaguardar os empreendimentos na região da Ásia-Pacífico e no mundo (CENTRO INTERNACIONAL DE TREINAMENTO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO, s.d.).

INGLATERRA

A Inglaterra é uma das quatro nações britânicas da ilha da Grã-Bretanha, que juntamente com a Irlanda do Norte constitui o Reino Unido. É uma monarquia constitucional parlamentar e, de forma simplificada, possui 25 Departamentos Ministeriais e 20 Departamentos Não Ministeriais. Desde 1997, o governo vem procurando reduzir o número de agências culturais, concentrando funções, minimizando a burocracia e os gastos administrativos. Dessa forma, o Departamento de Patrimônio Nacional (DNH) se fundiu com outras agências e constituiu o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (*Department for Culture Media and Sport* – DCMS), como destaca o Governo do Reino Unido (s.d.).

O DCMS é responsável pela política do governo nas áreas de artes, esporte, loteria, turismo, bibliotecas, museus e galerias, radiodifusão, telecomunicações e banda larga; nas indústrias criativas (publicidade, mercado de artes, *design* e moda), cinematográficas e musicais; na regulamentação dos jogos de azar; nas políticas para edifícios históricos, monumentos antigos e pela gestão das Coleções de Arte do governo e da Agência Real de Parques (GOVERNO DO REINO UNIDO, s.d.). O DCMS é governado por um Secretário de Estado da Cultura, Olimpíadas, Mídia e Esporte. O Secretário é assessorado por três ministros: um Ministro do Turismo e Patrimônio, um Ministro do Esporte e Olimpíadas e um Ministro da Cultura, Comunicação e Indústrias Criativas.

Para atingir os seus objetivos, o DCMS trabalha em parceria com outros órgãos não governamentais, conhecidos como *Quango* ou Departamento Público Não Governamental (*Non-departmental public body* – NDPB), que são coligações que exercem papéis nos processos do governo, mas que não se constituem como seu departamento e dele também não fazem parte, atuando de forma independente, como *arms length* – comprimento dos braços dos Ministros –, portanto, não podem ser consideradas como parte formal da estrutura do governo, mas por ele são financiadas.

Ao longo dos séculos, o patrimônio esteve sob a responsabilidade de inúmeras Secretarias de Estado da Inglaterra até que, em 1980, Michael Heseltine, Secretário de Estado do Meio Ambiente, propôs que a responsabilidade Nacional do Ambiente Histórico deveria ser transferida para um *quango*, porque ele seria capaz de gerenciá-la com maior eficiência, mas sob as diretrizes ministeriais e a política do governo (HISTORIC ENGLAND, 2011). Em consequência disso, em 1984, a Comissão de Edifícios Históricos e Monumentos para Inglaterra passou a usar um nome menos formal, Patrimônio Inglês (*English Heritage* – EH).

Além do EH, outro exemplo de *quango* é a Mantenedora Nacional (*National Trust* – NT) criada em 1895. Trata-se da maior instituição privada dedicada à preservação de 350 casas históricas, 149 jardins e monumentos antigos do Reino Unido. A NT conquistou uma posição jurídica muito específica concedida pelo parlamento em 1907, de tal maneira que suas propriedades são inalienáveis, não podem ser vendidas ou dele retiradas (NATIONAL TRUST, s.d.). A NT possui quatro grandes objetivos: apoiar o envolvimento, melhorar a conservação e o desempenho ambiental, investir na comunidade e financiar o futuro.

Os *quango* também podem ser instituições privadas ou de caridade, que exercem responsabilidade nas atividades as quais envolvem o turismo, o patrimônio cultural, a história e a arqueologia. Podem ter representantes na esfera local e municipal.

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO ARQUEOLÓGICO: ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (BRASIL)

O Parque Nacional Serra da Capivara (Parna-SC) foi criado em 1979 para preservar vestígios arqueológicos da mais remota presença do homem na

América do Sul (IPHAN, s.d.). Localizado no Sudeste do estado do Piauí, cerca de 530 km de distância de Teresina, o parque ocupa uma área total de 214 km entre os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. No interior do Parna, SC, existem

[...] 1.335 sítios arqueológicos, onde 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras [...] 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, nas quais 30 espécimes já são considerados extintos. (JUSTAMED; OLIVEIRA, 2018, p. 48).

Em 1986, foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parna, SC, resultado de uma cooperação científica binacional entre a França e o Brasil, coordenada pela arqueóloga Dra. Niède Guidon (FUMDHAM, s.d.). É uma entidade científica, filantrópica, sociedade civil (OSCIP), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social (FUMDHAM, s.d.).

A proposta desenvolvida pela arqueóloga Niède Guidon e a FUMDHAM, entre arqueologia e turismo sustentável, consistiu-se por meio de várias iniciativas, como: defender os patrimônios cultural e natural da região do Parna e área do entorno; realizar pesquisas interdisciplinares, expondo as coleções no Museu do Homem Americano; desenvolver ações de divulgação científica e constituir um polo de atração cultural; formar pessoal de nível técnico-profissional; contribuir para a formação básica dos habitantes da área de proteção ambiental do Parna; realizar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando à obtenção de recursos financeiros; propor ações de desenvolvimento econômico da região por meio de melhorias na qualidade de vida da comunidade local e inseri-las em atividades ligadas direta e indiretamente ao turismo (TRESSERRAS, 2009).

Em 1994, foi criado o Museu do Homem Americano para preservar e compor as exposições fundamentadas pelas pesquisas realizadas ao longo dos anos no Parna e na área de entorno. O local é acessível para pessoas com mobilidade reduzida; conta com tecnologia de última geração como ferramenta para favorecer o processo de interpretação patrimonial e paleontológico; possui biblioteca, gabinete para pesquisadores, laboratórios, espaço para atividades artísticas e auditório. Todo o sistema elétrico e hidráulico possui tecnologia sustentável.

Resumidamente, a FUMDHAM foi responsável pela criação de Centros Comunitários que inicialmente foram financiados pelo governo italiano com o objetivo de promover melhorias na educação, a formação de pequenas unidades produtivas e a consolidação do artesanato. As atividades educativas incluíram o público infantil de cinco escolas que funcionavam em período integral, oferecendo as disciplinas tradicionais e aulas de música, artesanato, entre outras. Após o término do período de convênio, o governo brasileiro ficou incumbido de dar sequência ao projeto e prover a sua manutenção. Mas o que restou foram apenas duas escolas que funcionam duas horas por dia (GUIDON, 2011, informação verbal).

A FUMDHAM impulsionou o desenvolvimento rural comunitário por meio de cooperativas de apicultura, cerâmica e objetos artesanais. Em 1995, foi o início da produção e comercialização de mel. Um dos objetivos desse projeto foi impedir que a população local utilizasse o Parque para atividades agrícolas e de caça, oferecendo alternativas para a geração de renda. Existem mais de 240 famílias envolvidas na apicultura e que agora cooperam com a FUMDHAM na proteção do Parque (TRESSERRAS, 2009). Atualmente, a apicultura colabora de forma expressiva na renda financeira das famílias, fortalecendo a economia da comunidade e a permanência do apicultor/agricultor e de sua família no campo. Note-se que 36% da produção do mel é exportada para a Europa e os Estados Unidos (CARVALHO *et al.*, 2019).

A cerâmica Serra da Capivara teve sua produção iniciada em 1994, após oficinas realizadas com artesãos italianos. É produzida de forma ecoló-

gicamente correta, cujos fornos utilizados para a queima da argila são a gás. Cerca de 30 artesãos trabalham na confecção de utensílios domésticos e itens para decoração, tais como porta-retratos, vasos, sopeiras, fruteiras, pratos, saladeiras, xícaras, canecas, porta-joias, etc. Todos os objetos são confeccionados com motivos rupestres. A qualidade e o *design* admiráveis favoreceram a comercialização dos produtos por grandes empresas, como o Pão de Açúcar e a Tok & Stok, além de serem exportados para vários países.

Próximo à oficina de cerâmica funciona a loja de produtos artesanais (camisetas, sacolas retornáveis, entre outros) e o Albergue Serra da Capivara – um tipo de acomodação que se caracteriza pelos preços baixos e pela socialização dos hóspedes, com casa de banho, cozinha e lavanderia partilhada. Ali também podem ser servidas refeições regionais (SANTANA, 2016). Em 2018, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) premiou a cerâmica da Serra da Capivara como melhor projeto de sustentabilidade do País na categoria de pequenas empresas.

Em 2001, foi criado o projeto Pró-Arte FUMDHAM, que desenvolve ações socioeducativas para crianças e adolescentes, em período alternado com o escolar. Visa promover a educação integral envolvendo o trabalho com a arte educação, a cultura, a ludicidade, as brincadeiras como linguagem expressiva, a contação de histórias, o cuidado com o meio ambiente, a participação ativa da comunidade, o desenvolvimento de valores da cidadania. No ano de 2007, recebeu o prêmio Itaú Unicef, iniciativa que premia projetos que contribuem para garantir o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, s.d.).

Ries (2003, p. 59) destaca que a FUMDHAM desenvolveu um programa de Capacitação em Arqueologia para parte da população que trabalhava no campo e também criou “[...] o Sítio do Mocó: uma vila construída com toda infraestrutura necessária para abrigar os trabalhadores e suas famílias – desde escolas até centro médico”. De acordo com Ries (2003, p. 60),

[...] esses ex-roceiros, apelidados de Tarzans ou Mondrongs são peças chaves para a prospecção do Parque. Com sua experiência saem pela mata seca e espinhenta da caatinga, à procura de novas tocas (que abrigam pinturas rupestres) e outros vestígios arqueológicos e ainda auxiliam na manutenção dos sítios e na conservação das pinturas.

Em 2005, foi realizada a 1ª Oficina de Educação Patrimonial no entorno do Parna, que consistiu em um conjunto de palestras sobre a importância de Educar para Preservar, com professores da rede pública dos quatro municípios que abrangem o parque, e oficinas patrimoniais em duas comunidades do entorno (BUCCO, 2002). Ainda dentro do contexto do envolvimento de todas as partes interessadas, no Parna aconteceram vários eventos regionais, nacionais e internacionais, como o Festival Interartes de 2003 a 2005, o Congresso Internacional de Arte Rupestre (2009), o Festival de Cultura Acordais (2010), o Festival Ópera da Serra da Capivara (2019 - 3ª edição), conforme especificou a FUMDHAM (s.d.).

No final de dezembro de 2019, foi inaugurado no Parna o Museu da Natureza. Trata-se de um espaço para a exposição de fósseis encontrados na região a partir de exemplares materiais e virtuais de preguiças gigantes, ursos, dinossauros e animais da megafauna organizados em ordem cronológica, que passam uma noção real de como a paisagem e os seres vivos se transformaram no decorrer dos milhares de anos na região da Serra da Capivara e no nordeste brasileiro (GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ, 2018).

MAUSOLÉU DO IMPERADOR QIN E SEU EXÉRCITO DE GUERREIROS TERRACOTA (CHINA)

O Mausoléu do Imperador Qin e o seu Exército de Guerreiros Terracota estão em Xian, capital política, econômica e cultural da província de

Shaanxi, região noroeste da China, a 1200 km de Pequim. A cidade foi local de origem, na Rota da Seda, das caravanas que seguiam em direção ao Ocidente para a comercialização de produtos como seda, porcelana, chás, metais preciosos, entre outros (ROPP, 2010).

A descoberta do sítio arqueológico aconteceu por acaso, no ano de 1974, quando camponeses escavavam um poço e depararam-se com armas antigas de bronze e fragmentos de cerâmica no solo. O exército foi encontrado a 1,5 km do Mausoléu do Imperador Qin. Ying Zheng (nome original) subiu ao trono aos 13 anos de idade e autoproclamou-se Qin ShiHuang Di, o Primeiro Imperador da Dinastia Qin (SUN, 2009).

De acordo com Martín-Torres *et al.* (2012), 700 mil pessoas, em quase 40 anos, estiveram envolvidas na construção do Mausoléu do Imperador e do seu Exército. O Exército foi disposto em posição de batalha em uma área de 200 mil m² sobre um piso pavimentado com tijolos. Foram desenterrados do sítio cerca de 8 mil guerreiros, 100 carros, 400 cavalos, cerca de 100 mil armas, esculturas em bronze de aves, entre outros.

Cada guerreiro está em tamanho natural, e estudos recentes comprovaram que eles refletem o tamanho físico real da população chinesa daquela época (KOMLOS, 2003). Foram elaborados em argila e submetidos a temperaturas superiores a 1000°C e têm expressões faciais singulares, indumentária e penteado de acordo com a sua patente, inclusive, os guerreiros foram pintados individualmente, no entanto, a maior parte do colorido foi perdida assim que as estátuas entraram em contato com o ar e a baixa umidade (SUN, 2009).

Positivamente, Tao e Zan (2011) explicam que o governo estimula para que cada cidade na China tenha pelo menos um patrimônio inscrito na Lista de Patrimônio Mundial (WHL). No entanto, os autores afirmam que o Patrimônio Mundial tem sido exaustivamente usado pelo governo como uma ferramenta para colocar a China no centro do cenário internacional, aumentar seu prestígio internacional, promover o patrimônio e o turismo e, por fim, minimizar ou extinguir as brigas entre o Estado, os governos provinciais e po-

pulação local, mas é certo que, em muitos casos, o Estado acaba instigando as tensões e dificilmente reavalia sua posição (TAO; ZAN, 2011).

O resultado, ao longo dos anos, tem sido problemas ambientais em muitas áreas e a mudança nos valores sociais e culturais das pessoas na China (WANG, 2008). Partes antigas de muitas cidades estão desaparecendo e numerosos locais de patrimônio estão sendo destruídos ou modelados por projetos de novas construções para atender às necessidades do turismo (HUO, 2015). Os autores Zhu e Gabrum (2017) alertam que tudo isso é sabido, mas pouco discutido, mesmo pelos chineses que estudam no estrangeiro, porque eles têm suas atividades de pesquisa monitoradas de perto pelas autoridades, e isso tem consequências claras. Para manter o apoio financeiro e a segurança no emprego, eles sempre aderem ao discurso do governo central.

Su e Wall (2012) identificaram uma série de preocupações relacionadas ao desenvolvimento do turismo em locais de Patrimônio Mundial na China. Dentre eles, que a gestão do patrimônio mundial é confusa porque envolve vários departamentos governamentais cuja sobreposição de papéis e responsabilidades dificulta a tomada de qualquer decisão, questionam que atenção insuficiente tem sido dada para as comunidades locais, seus conhecimentos e experiências não são agregados às vivências do turista, não participam na tomada de decisões e, somada a tudo isso, a grande insatisfação dos autóctones quanto à distribuição da receita gerada pela atividade turística.

Muitos artigos abordam esses problemáticos tópicos nos mais diversos locais de Patrimônio Mundial na China, no entanto, especificamente para o Mausoléu do Imperador Qin e o seu Exército de Guerreiros Terracota não foram encontrados artigos que abordassem o envolvimento das partes interessadas na sustentabilidade do turismo arqueológico. Existem, sim, inúmeros relatórios que tratam de análises tipológicas, métricas, microscópicas, químicas e espaciais oriundas das escavações.

Pode-se ao menos afirmar que o governo central chinês divulga em âmbito estrangeiro exemplares dos Guerreiros Terracota compondo um intercâmbio cultural, com exposições pelo mundo, como aconteceu na Oca

do Parque Ibirapuera, São Paulo, no Brasil (2003); no Museu Britânico, em Londres, Reino Unido (2008); na Galeria de Artes de New South Wales, em Sydney, Austrália (2010); no Museu Real de Ontário, Canadá (2011); no Museu Nacional de Etnologia, em Leiden, Holanda (2012); no Museu do Palácio de Topkapi, em Istambul, Turquia (2012); no Museu Histórico Bernisches, Suíça (2013); no Museu Nacional de História da Romênia, Bucareste, Romênia (2013); no Vapriikki Museum Center, Tampere, Finlândia (2014 e 2015); em Tóquio, Kyushu e Osaka, Japão (2015); em vários museus nos Estados Unidos durante os anos 2016, 2017 e 2018; no Museu de Liverpool, Reino Unido (2018); e até o dia 13 de outubro de 2019, na Galeria Nacional de Victoria, em Melbourne, Austrália, de onde seguiu para o Museu Bowers, em Santa Ana, Estados Unidos (CHINA HIGHLIGHTS, s.d.).

MURO DE ADRIANO (INGLATERRA)

O Muro de Adriano, declarado Patrimônio Mundial em 1987, situa-se ao norte da Inglaterra, cortando o território de uma costa à outra, de Segedunum, em Wallsend, sobre o rio Tyne, até a praia do Solway, totalizando uma extensão de 117 km de comprimento. Começou a ser construído no início do século II d.C. sob as ordens do imperador Adriano e esteve ocupado por 300 anos.

Foi construído com o objetivo de separar os romanos dos bárbaros, ser um controle de fronteira para o recolhimento de impostos de pessoas que entravam no Império Romano a partir do Norte, como uma afirmação do limite do império, defesa militar e, além disso, o muro pode ter ajudado a criar ideias de nação Inglesa, concentrando a atenção sobre a monumentalidade dessa fronteira física (HINGLEY, 2008). Foi um grande feito de engenharia, sendo associados a ele os fortes, as torres de observação, as obras de terraplanagem, os postos de guarda, os pontos de passagens, as residências militares, os assentamentos civis e os parques (BREEZE; DOBSON, 2009).

De acordo com Hingley (2008), nos últimos 150 anos, seções extensas do Muro de Adriano foram escavadas, consolidadas e exibidas para o público. Um grande número de acadêmicos, artistas, fotógrafos, escritores, amadores e famílias visitam anualmente os remanescentes do sítio, que além do muro, incluem casas de banho, casa do comandante, fortalezas, jardins, hospital, casa dos soldados, torre de observação, entre outros. É gerido por várias organizações, autoridades públicas e privadas nacionais, como EH, NT, Trust Vindolanda, Patrimônio Muro de Adriano (*Hadrian Wall Heritage Ltd* – HWHL), Parques Nacionais e também por pequenos proprietários de empresas ou agricultores.

O HWHL foi responsável pela coordenação e pela entrega de melhores práticas de planejamento estratégico a partir de dois importantes documentos: o Quadro de Interpretação do Muro de Adriano, elaborado em 2011, e o Plano de Gestão do Muro de Adriano 2008-2014. O quadro de interpretação foi uma peça-chave para desenvolver uma abordagem inovadora de planejamento interpretativo dentro de um contexto de múltiplas responsabilidades para o cuidado, a apresentação, a gestão, o turismo e o desenvolvimento econômico para as áreas ao longo do muro. Seu sucesso em longo prazo é fruto direto do engajamento com as partes interessadas (HADRIAN WALL HERITAGE LTD, 2011).

O HWHL investiu £ 26 milhões em projetos ao longo do muro e esperou um adicional de £46 milhões de receita gerada pelo visitante em 2015, com mais de mil empregos adicionais. O nível total de receita esperada até 2029 pode ser trazido para mais de £1 bilhão por ano, conforme previsão enunciada na Revisão Anual de 2010/2011 (HADRIAN WALL HERITAGE LTD, 2011).

Ao longo dos anos, foram colocados em prática os seguintes projetos: fóruns e oficinas de educação, dia do prestador de serviços (que permitiu a reunião de todos os parceiros para celebrarem suas experiências), escavações arqueológicas, abertura de museus e galerias, treinamento de guias locais, desenvolvimento da marca para a comercialização de produtos locais (que também poderão chegar a públicos internacionais por meio da *internet*), criação

da instituição de caridade Amigos do Muro de Adriano (*The Hadrian's Wall Trust*), cuja finalidade é atrair regularmente fundos em troca de benefícios.

O turismo sustentável nessa área arqueológica é resultado do engajamento de inúmeras partes interessadas. Começando pelas escavações contínuas onde, todos os anos, arqueólogos, historiadores e uma equipe de voluntários fazem novas descobertas e contribuem com detalhes da era romana. A cada ano, o programa de escavação envolve 500 voluntários de todas as esferas da vida e em todo o mundo. Grupos de arqueologia comunitária e sociedades arqueológicas locais, como *Wallquest*, em Tyneside, e a *Maryport and District Archaeological Society* estão ativos no WHS. Eles têm um papel importante a desempenhar na pesquisa e no incentivo à participação, diversão e sustentabilidade a longo prazo do sítio.

Há também um grupo de voluntários locais dedicados a ajudar a cuidar do Muro de Adriano e a garantir que ele sobreviva para as gerações futuras. Treinados por arqueólogos profissionais, cada voluntário faz inspeções regulares nas seções do monumento, tirando fotografias e registrando quaisquer alterações nas condições. Esses registros permitem que os arqueólogos profissionais avaliem qualquer dano e tomem medidas corretivas.

Empresas oferecem passeios a pé autoguiados ou até mesmo com guias de turismo vestidos com roupas romanas. Grupos romanos de encenação ao vivo, incluindo a *Ermine Street Guard*, a *Deja Crew* e a Quinta (parte da Sociedade Arbeia), realizam pesquisas sobre as armas e armaduras do exército romano, bem como sobre sua organização e práticas militares, e sobre a vida civil ao longo da fronteira na época romana. Esses grupos também atraem um grande número de visitantes aos seus eventos e, portanto, desempenham um papel importante na criação de interesse público pelo Muro de Adriano e no fornecimento de uma divertida experiência de aprendizado. O *Art Trust* de Adriano traz eventos artísticos – performance, poesia e música – para as comunidades ao longo da Muralha.

O projeto é composto também por autoridades locais como *Northumberland County Council*, *Newcastle City Council* e os Conselhos de North Tyneside e South Tyneside, Conselhos Distritais de Carlisle, Allerdale e Copeland, Conselho do Condado de Cumbria. Duas sociedades arqueológicas: a Sociedade de Antiquários de Newcastle upon Tyne e a Sociedade de Antiquários e Arqueológicos de Cumberland e Westmorland, além dos Departamentos de Arqueologia das universidades de Durham, Newcastle upon Tyne e Manchester. As pesquisas geofísicas do sítio são realizadas pela *Timescape Surveys*.

A Sociedade Arbeia organiza uma Conferência Anual sobre aspectos do Muro de Adriano e da Grã-Bretanha romana para as partes envolvidas. E a Associação de Turismo da Muralha do Coração de Adriano é a intermediária no fornecimento de acomodações – hotéis, pousadas, B&B, parques de campismo. Os interesses agrícolas são representados pela Associação de Proprietários e Empresários do País e da União Nacional de Agricultores, organizados em uma base regional, os quais usam a marca “*Country Hadrian’s Hall*” na comercialização de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações foram feitas sobre o conhecimento do passado não ser mais domínio exclusivo do arqueólogo. Especialmente a partir de 1986, ficaram evidenciadas as preocupações com as dimensões sociais dessa área. A responsabilidade social do seu trabalho faz com que haja uma abertura nos diálogos com outras áreas de conhecimento como o Turismo. As literaturas nacionais e estrangeiras são unânimes ao apontarem iniciativas conjuntas de sucesso entre essas áreas, revelando assim suas condições de parceiros na atividade denominada Turismo Arqueológico.

Também se ponderou sobre a sustentabilidade na atividade turística. Ela deve ser pensada de modo abrangente, em âmbito econômico, social, am-

biental, cultural, com a inserção de variados atores, que são as partes interessadas, viabilizando a existência de uma rede de ações colaborativas por meio da qual qualquer pessoa pode afetar ou ser afetada pela atividade. O cenário institucional foi apresentado, intencionalmente, para mensurar até que ponto os governos, departamentos públicos e privados e demais instituições podem ser ou não responsabilizados pelo desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico.

A análise dos estudos de caso expostos demonstra que a sustentabilidade no Turismo Arqueológico é positiva nas práticas adotadas no Brasil e na Inglaterra, já que elas facilitam a integração e o envolvimento das diversas partes interessadas. Ênfase pode ser atribuída à Inglaterra por tratar o assunto com excepcional transparência, o acesso às informações gerais e até mesmo financeiras são facilmente acessadas pessoalmente, por meio de *sites* ou aplicativos. Quanto à China, as dificuldades em se trabalhar as informações sobre seu patrimônio não se devem apenas às limitações quanto ao idioma, mas também por seu sistema de controle local e global de redes (*internet*) e a pressão sobre os pesquisadores para que publiquem segundo o discurso do governo central.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. L. A Arqueologia pública. *In*: MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007, p. 157-167.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O Papel do Ministério do Turismo Enquanto Organização Nacional Pública**. Sem data de publicação. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2019.

BREEZE, D.; DOBSON, B. **Hadrian's Wall**. Londres: Penguin Books Limited, 2009.

BUCO, C. A. Preservação e diagnóstico do patrimônio arqueológico da área do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara: um programa de edu-

cação patrimonial. *In*: CONGRESSO ABRACOR, 12., 2002, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ABRACOR, 2002.

CARNEIRO, E.; OLIVEIRA, S. A.; CARVALHO, K. D. Turismo Cultural e Sustentabilidade: uma relação possível? **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, [s.l.], v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16514852-Turismo-cultural-e-sustentabilidade-uma-relacao-possivel-palavras-chave-cultura-turismo-cultural-produto-turistico-sustentabilidade.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

CARVALHO, D. M. C.; AMORIM, L. B; SOUZA, D. C.; COSTA, C. P. Apicultura em São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, Paraíba, v. 14, n. 1, 2019.

CENTRO INTERNACIONAL DE TREINAMENTO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO. **Sobre nós**. Sem data de publicação. Disponível em: http://en.crihap.cn/2014-07/25/content_17926305.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

CHINA HIGHLIGHTS. **Terracotta Army Overseas Exhibitions 2010-2020**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.chinahighlights.com/xian/terracotta-army/exhibition.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, MÍDIA E ESPORTE (DCMS). **Site**. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/>. Acesso em: 16 set. 2019.

ENGLISH HERITAGE. **Site**. Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

FUNARI, P. P. **Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq13.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2003.

FUNARI, P. P. Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **MNEME - Revista de Humanidades**, Rio Grande do

Norte, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/267/243>. Acesso em: 29 jan. 2007.

FUNARI, P. P. A.; MANZATO, F; ALFONSO, L.P. El turismo y la Arqueología en el Brasil: una mirada posmoderna. *In*: HERRERA, A. (Org.). **Arqueología y desarrollo en América del Sur**: de la práctica a la teoría. 1. ed. Bogotá: Uniandes, 2013.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Todos pela educação**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://programaitausocial.unicef.cenpec.org.br/edicao/2007-7a-edicao-todos-pela-educacao/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Cerâmica Serra da Capivara ganha prêmio de melhor projeto sustentabilidade do Brasil**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/educacao-contextualizada/10348-ceramica-serra-da-capivara-ganha-premio-de-melhor-projeto-sustentabilidade-do-brasil>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO - FUMDHAM. **A luta de Niède Guidon para preservar o maior tesouro arqueológico brasileiro**. Sem data de publicação. Disponível em: http://fumdham.org.br/cpt_noticias_ane-xos/a-luta-de-niede-guidon-para-preservar-o-maior-tesouro-arqueologico-brasileiro/. Acesso em: 01 jun. 2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Conheça a presidência**: Ministros. Sem data de Publicação. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 08 set. 2019.

GOVERNO DO REINO UNIDO. **What the Department for Digital, Culture, Media & Sport does**. Sem data de Publicação. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-digital-culture-media-sport>. Acesso em: 16 set. 2019.

GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ. **Museu da Natureza é inaugurado na Serra da Capivara**. 2018. Disponível em: <http://www.pi.gov.br/materia/governo/museu-da-natureza-e-inaugurado-na-serra-da-capivara-6836.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Instituições Estaduais**. Sem data de Publicação. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/statestructure2019/201911/fa2deebf75264effa68df01c-fecfb60c.shtml>. Acesso em: 16 set. 2019.

GUIDON, N. Mulheres na ciência. [jun. 2011]. Entrevistadores: J. R. Monteiro; M. I. Landim e S. Brandão. *In: Ciência na Travessa*, Livraria da Travessa do Shopping Leblon, Rio de Janeiro, 5 jun. 2011.

HADRIAN'S WALL HERITAGE LTD. - HWHL. **Reviewing the past and building the future**: Annual Review 2010/2011. 2011. Disponível em: <http://www.hadrianswall.ltd.uk/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

HINGLEY, R. Hadrian's Wall: a wall for all times. **British Archaeology**, [s.l.], n. 102, set./out. 2008.

HISTORIC ENGLAND. **ENGLISH HERITAGE**: A Brief History. 2011. Disponível em: <https://historicengland.org.uk/images-books/publications/eh-info-pack-2011-12/brief-history-2011-12/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**: corrientes actuales: Crítica. Barcelona: [s.n.], 1994.

HUO, Z. Legal protection of cultural heritage in China: a challenge to keep history alive. **International Journal of Cultural Policy**, [s.l.], 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **O IPHAN**. Sem data de Publicação. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em: 16 set. 2019.

JUSTAMED, M.; OLIVEIRA, G. F. A importância das pesquisas arqueológicas no Parque Nacional Serra da Capivara para a construção de narrativa dos primeiros habitantes do Brasil. *In: CAMARGO, V. R. T; FUNARI, P. P. Divulgando o patrimônio arqueológico*. Rio de Janeiro: Editora Bonecker, 2018.

KOMLOS, J. The size of the Chinese terracotta warriors - 3rd century B.C. **Antiquity**, [s.l.], v.77, n. 296, 2003.

MANZATO, F. **Turismo arqueológico**: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no estado de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

MARTINÓN-TORRES, M.; LI, X. J.; BEVAN, A.; XIA, Y.; ZHAO, K.; REHREN, T. Forty Thousand Arms for a Single Emperor: From Chemical Data to the Labor Organization Behind the Bronze Arrows of the Terracotta Army. **Journal of Archaeological Method and Theory**, [s.l.], v. 21, n. 3, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10816-012-9158-z#citeas>. Acesso em: 06 jul. 2014.

MASON, R.; MAC LEAN, M. G. H.; TORRE, M. de la. Hadrian's Wall World Heritage Site: a case study. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003.

NATIONAL TRUST. **Annual report 2009/10**. Sem data de publicação. Disponível em: <http://www.nationaltrust.org.uk/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO - OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAHTZ, P. **Convite à arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RENFREW, W. C; BAHN, P. **Arqueología**: teoria, métodos y práctica. Madrid: Akal, 1993.

RIES, G. **Arqueologia**: um potencial para o ecoturismo no Brasil – Serra da Capivara, um exemplo a ser seguido. 2003. (Pós-Graduação em Ecoturismo) - Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria, São Paulo, 2003.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública**, [s.l.], n. 1, 2006.

ROPP, P. S. **China in world history**. Oxford: Oxford University Press Inc., 2010.

SANTANA, E. A. S. **O Parque Nacional da Serra da Capivara: turismo arqueológico no município de São Raimundo Nonato, Piauí**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SHACKEL, P. A. Local Identity, National Memory, and Heritage Tourism: creating a sense of place with archaeology. **Illinois Antiquity**, [s.l.], v. 3, n. 40, 2005.

SU, M.; WALL, G. Community Participation in Tourism at a World Heritage Site: Mutianyu Great Wall, Beijing, China. **International Journal of Tourism Research**, [s.l.], v. 3, n. 15, 2012.

SUN, Z. J. Life and Afterlife in Early Imperial China. **American Journal of Archaeology**, [s.l.], v. 113, 2009.

TAO, W.; ZAN, L. Management and presentation of chinese sites for UNESCO World Heritage List (UWHL). **Facilities**, [s.l.], v. 29, n. 7/8, jan. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1745323>. Acesso em: 01 jun. 2019.

TRESSERRAS, J. (Org.) **Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil)**. Brasília, DF: Editora IABS/Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/Ministério do Turismo, 2009.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VASCONCELLOS, C. M. **Turismo e museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

WANG, Y. **Perspectivas do ator e redes de políticas de turismo em Hangzhou, China**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Sheffield Hallam, Reino Unido, 2008.

WRAY, M.; DREDGE, D.; COX, C.; BUULTJENS, J.; HOLLICK, M.; LEE, D.; PEARLMAN, M.; LACROIX, C. **Sustainable regional tourism destinations: best practice for management, development and marketing.** Austrália: CRC for Sustainable Tourism, 2010. Disponível em: <https://www.portstephentourism.com.au/wp-content/uploads/2014/10/80099-Sustainable-Regional-Tourism-Destinations-Project-WEB.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

ZHU, Y.; GABRUM, N. Domesticating tourism anthropology in China. **American Anthropologist**, [s.l.], v. 119, n. 4, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35167908/Domesticating_tourism_anthropology_in_China_pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.